

1894/2002/01/2002

FEAM	
PROTOCOLO Nº	059772/2002
DIVISÃO:	DIAM 14/10/2002
MAT.:	VISTO: <i>Elton</i>

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
18
FL Nº

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2002.

Il.mo. Sr.

DD Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente/FEAM -

Órgão Seccional de Apoio ao COPAM

Nesta Capital

Ref. Auto de Infração: n.º 1096/2002

CAFÉ UTAM S/A, sediada em Piumhi – MG, na Av. Presidente Juscelino 451, Bairro São Francisco, CEP 37.925-000, CNPJ n.º 56.012.420/0003-04, vem, respeitosamente, apresentar sua **DEFESA ADMINISTRATIVA**, com fundamento no artigo 25 do Decreto 39.424/98, consubstanciada nas razões de fatos e de direito adiante expostas:

I - DA AUTUAÇÃO

A empresa, face ao auto de infração n.º 1096/2002, foi autuada pelo agente credenciado do órgão seccional de apoio ao COPAM, com base no artigo 19, § 1º, item 2 e §3º, item 1 do Decreto n.º 39.424, de 05/02/98, por “deixar de atender a convocação para licenciamento de procedimento corretivo, formulado pelo COPAM ou pelo órgão seccional de apoio” e “prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem licença de operação”.

II - DO PRAZO

Considerando o disposto no artigo 25, do Decreto n.º 21.228/81, alterado pelo Decreto n.º 39.424/98, o autuado dispõe do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua **DEFESA**, contados a partir do recebimento do Auto de Infração.

Registre-se que a empresa recebeu em 20/09/2002 a notificação do órgão ambiental, portanto, iniciando a fluência do prazo em 23/09/2002 (segunda-feira), com término em 14/10/2002, data de protocolo desta Defesa.



III - DAS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS

As atividades da empresa requerente, indústria, moagem e torrefação de café, consistem no recebimento de grãos limpos, secagem, beneficiamento, rebeneficiamento, estocagem, tarificação, moagem e envase.

IV – PRELIMINARMENTE

A empresa Café Utam S/A foi autuada pela FEAM tendo como base o relato contido no Auto de Fiscalização referente à vistoria ocorrida em suas dependências no dia 14/08/2002, na cidade de Piumhi/MG.

Conforme dispõe o art. 16 do Decreto n.º 39.424/98, “aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

- I – efetuar vistoria em geral, levantamento e avaliações;
- II – verificar a ocorrência de infração;
- III – **lavrado de imediato o auto de fiscalização e o de infração**, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo.”

O que este artigo determina é que seja a fiscalização efetivada mediante levantamentos de dados e avaliações técnicas (inciso I) e, caso realmente seja constatada alguma transgressão à legislação ambiental (inciso II), que sejam lavrados, DE IMEDIATO (inciso III), os respectivos autos de fiscalização e de infração.

Em outras palavras, qualquer contrariedade a esta determinação normativa deverá acarretar vício formal e conseqüente decretação de nulidade do Auto de Infração lavrado fora destas condições, ao ensejo do Princípio Constitucional da Legalidade Administrativa.

No caso em tela, a vistoria e a lavratura do Auto de Fiscalização ocorreram no dia 14/08/2002, sendo que o preenchimento do Auto de Infração só ocorreu no dia 17/09/2002, ou seja, 34 (trinta e quatro) dias depois.

Segundo a norma acima transcrita, então, este lapso temporal seria suficiente para descaracterizar, por vício de forma, o Auto de Infração n.º 1096/2002, sendo desde já o que se requer.



Neste entendimento, já se manifestou o saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, consolidando a doutrina e jurisprudência sobre anulação de atos administrativos, *in verbis*:

"A faculdade de anular os atos ilegais é ampla para a Administração, podendo ser exercida de ofício, pelo mesmo agente que os praticou, como por autoridade superior que venha a ter conhecimento da ilegalidade através de recurso interno, ou mesmo por avocação, nos casos regulamentares. Quanto aos recursos administrativos, são os comuns da Administração"

E prossegue:

"A anulação dos atos administrativos pela própria Administração constitui a forma normal de invalidação de atividade ilegítima do Poder Público. Essa faculdade assenta no poder de autotutela do Estado. É uma justiça interna, exercida pelas autoridades administrativas em defesa da instituição e da legalidade de seus atos."

V - DO MÉRITO

Conforme acima citado, em 14 de agosto de 2002, a FEAM realizou vistoria na filial da empresa Café Utam S/A em Piumhi/MG, nos termos do Auto de Fiscalização lavrado naquela data e anexo. Consta no relatório que "na oportunidade a empresa foi convocada ao Licenciamento Ambiental, sendo deixado o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE), para ser preenchido e devolvido à FEAM em 10 dias".

Atendendo tempestiva e prontamente à solicitação do órgão ambiental, em 16 de agosto de 2002, ou seja, **dois dias após a vistoria e oito dias antes do término do prazo estipulado, a empresa enviou à FEAM o FCE devidamente preenchido**, via fax, conforme orientação do próprio fiscal e cuja cópia integra os autos deste processo.

Dando seguimento ao processo de licenciamento ambiental, em 20 de agosto de 2002, o órgão ambiental enviou à empresa o Formulário de Orientação Básica (FOB) gerado a partir do FCE preenchido pela empresa, demonstrando, *data venia*, que **a FEAM recebeu sim o FCE de convocação ao licenciamento em tempo hábil.**



Ou seja, é totalmente descabida a lavratura do Auto de Infração n.º 1096/2002 por “deixar de atender a convocação para licenciamento de procedimento corretivo, formulado pelo COPAM ou pelo órgão seccional de apoio”

Ademais, Café Utam S/A recebeu junto com o FOB os boletos bancários referentes às taxas de custo de análise, restando indubitável que a convocação ao licenciamento ambiental foi atendida de imediato pela empresa, de forma célere e responsável.

Desta forma, sabendo-se que o AI n.º 1096/2002 foi indevidamente lavrado diante da **inexistência do “fato constitutivo da infração”**, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 39.424/98, deve o mesmo ser descaracterizado, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo, sendo desde já o que se requer.

VI - DO PEDIDO

Por todos os relevantes motivos de fato e de direito acima expostos, a empresa Café Utam S/A requer:

1º) Seja descaracterizado o Auto de Infração n.º 1096/2002 em razão dos vícios de formalidades apontados acima, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo;

2º) Caso ultrapassada a preliminar acima, *ad argumentandum tantum*, que seja descaracterizado o Auto de Infração ora combatido devido às razões de mérito acima apontadas.

Termos em que,
Pede deferimento.
Belo Horizonte, 14 de outubro de 2002.

CAFÉ UTAM S/A